

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E UNIVERSIDADES REGIONAIS

Enquanto o ensino superior público chileno e as instituições do estado têm a maior demanda dentro do sistema, particularmente por ser gratuito, de qualidade e por seu valor público, suas instituições têm uma participação minoritária. As universidades do governo abrangem 27% da matrícula universitária. Junto com as universidades privadas do Conselho de Reitores, historicamente tratadas como públicas para todos os efeitos do Estado, o sector público corresponde a 48%. Por isto, fortalecer o ensino superior público, tal como é inspirado pela nova legislação chilena neste âmbito, procura generalizar certos atributos (principalmente no que se refere a complexidade, qualidade e auto-regulamentação) que não necessariamente são exclusivos das instituições públicas. O problema para as universidades públicas regionais neste contexto resume-se na dificuldade em identificar a contribuição específica que dos territórios é realizada para o ensino superior público, e com isto, para o desenvolvimento do país. Na medida em que as universidades públicas regionais, incluindo as do estado e as privadas tradicionais, abrangem um terço da matrícula universitária, o problema se apresenta como um de centralização, que desloca estas instituições para um lugar secundário no desenvolvimento do sistema.

A sociedade do conhecimento se instala com a massificação do ensino superior e a mobilização do conhecimento autônomo no processo produtivo. Neste sentido, as desigualdades em essa sociedade são também desigualdades educativas, entre as que se inclui o centralismo do sistema como restrição para o desenvolvimento equilibrado.

As universidades públicas regionais realizam contribuições específicas que é necessário valorizar. Junto com a formação de profissionais requeridos pelo entorno, contribuem com 45% da produção científica chilena. Além disso, a vinculação sistemática com atores e organizações locais impacta no desenvolvimento cultural, produtivo, social e político-administrativo dos respectivos territórios.

A contribuição das universidades públicas regionais se sintetiza na pertinência, comprometidas explicitamente com as metas do desenvolvimento regional em declarações de missão e visão institucional. No entanto, assim como incorporam os problemas e desafios do território em condições de desvantagem em relação à instituição (no acesso a recursos e seletividade de ingresso), se reproduz a desigualdade do sistema.

O novo marco legal do ensino superior chileno busca compensar estas desigualdades, reconhecendo o papel das universidades públicas regionais. No entanto, mediante a intensificação do mecanismo de regulamentação de mercado e a designação de recursos a estudantes através de voucher, é mais difícil escapar do ‘efeito Mateus’ instalado na educação superior. De qualquer forma, os novos requerimentos de acreditação integral fazem com que o modelo de universidade com fins lucrativos e pouca qualidade, seja cada vez mais improvável. Em igual medida, é esperado que as novas capacidades de investigação que se desenvolvem neste marco progressivamente também atinjam as regiões. Também é considerada a orientação para padrões de excelência como referência para o melhoramento equilibrado do subsistema estatal. O problema, no entanto, persiste na medida em que não são visibilizadas contribuições específicas e o incremento ao financiamento do ensino superior estatal regional não é proporcional às exigências que os novos marcos legais estabelecem.

O desafio das universidades públicas regionais será seguir desenvolvendo docência, investigação e vinculação ao meio, com qualidade y pertinência às necessidades do entorno onde se inserem. Isto, em um novo marco que acrescenta carga administrativa e financeira sem especificar as metas da educação pública. A superação do centralismo do ensino superior se apresenta, a princípio, como a tarefa que as universidades regionais têm, para valorizar e representar a contribuição pública que realizam. Por exemplo, os compromissos de titulação oportuna que condicionam a gratuidade são mais difíceis de satisfazer em instituições menos seletivas, requerendo de mais recursos e capacidades para sustentar resultados de qualidade. À validação da qualidade da docência e investigação a nível de excelência nacional e internacional se somam as orientações para a pertinência regional. A contribuição ao desenvolvimento regional deve ser valorizada em sua magnitude efetiva, considerando tanto os recursos e trabalho incorporados como as transformações produzidas, de maneira que a educação pública das regiões tenha reconhecimento real nos parâmetros regulatórios e de competência do sistema.

ARTURO FLORES FRANULIĆ E NICOLAS FLEET OYARCE
Universidade de Tarapacá, Chile